The background of the cover is a teal-colored sky with soft, white clouds. A person is seen from behind, standing on the peak of a dark, rocky mountain. Several glowing lightbulbs are scattered across the sky, some appearing to be part of a larger, faint circuit board pattern. The overall mood is one of inspiration and intellectual pursuit.

Aportes Éticos e Estéticos em Filosofia

2

Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2021

The background of the cover features a silhouette of a person standing on a rocky, mountainous peak. The person is looking upwards towards a sky filled with several glowing lightbulbs of various sizes. The sky is also overlaid with a complex, white, circuit-like pattern that resembles a neural network or a web of connections. The overall color palette is monochromatic, using shades of gray and white against a dark background.

Aportes Éticos e Estéticos em Filosofia 2

Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aportes éticos e estéticos em filosofia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A644 Aportes éticos e estéticos em filosofia 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Sonellaine de Carvalho, Alessandra Cabral da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-130-2

DOI 10.22533/at.ed.302211805

1. Filosofia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Carvalho, Sonellaine de (Organizadora). III. Silva, Alessandra Cabral da (Organizadora). IV. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Caros leitores, apresentamos a obra: “Aportes Éticos e Estéticos em Filosofia 2”, desenvolvido através de trabalhos realizados em diferentes contextos. Uma obra que reúne 11 textos, cujos temas transitam pelo universo da filosofia proporcionando conhecimento e informação, que corroboram para a constituição de reflexões na área das Ciências Humanas.

O livro apresenta objetivos e temas que percorrem os seguintes caminhos: estudar o método de René Descartes na história da filosofia e do pensamento moderno; em objetiva conceber se a igualdade preserva a essência humana ou se colabora na construção de massas e no isolamento dos seres frente à realidade dos fatos; em saber como é possível se dar a ligação (mente e cérebro), um dos problemas que o filósofo contemporâneo da mente tenta explicar e resolver; descreve a investigação acerca do problema filosófico apresentado por Alan Turing ao afirmar a possibilidade de máquinas pensarem; analisa o aspecto simbólico dos heróis e dos mitos, para então, por meio do Tarot, considerado um dos oráculos mais antigos da humanidade, arte adivinhatória em forma de jogo de cartas, adentrarmos numa leitura dos arcanos-arquétipos que regem a filosofia bachelardiana; busca compreender, dentro da Filosofia Política do filósofo italiano Antonio Gramsci (1891–1937), o lugar e o valor da hegemonia e relacioná-la com as categorias de guerra de posição e de reforma moral e intelectual; coloca o Filósofo Søren Aabye Kierkegaard como aquele pensador que andou na contramão da filosofia entendida como existencial, onde na sua gênese de interpretação não há um “socorro”, uma esperança; não se procura analisar somente as semelhanças, mas explorar os caminhos dados pelo jovem Nietzsche que, por vezes, apesar de um tanto poéticos, são sucintos em suas argumentações e, não apresentam conflitos com a própria forma em que foram expressos, uma vez que a saída mesma dos tais problemas seria através de um perspectivismo artístico; apresentar uma visão contemporânea da felicidade, especialmente trabalhada nas relações de consumo; explicita uma fundamentação metafísica da lei natural em Tomás de Aquino; Saber que o ensino da filosofia deve ser renovado e reinventado, por meio da prática docente de cada educador, encontrando novas estratégias de aprendizagem. O exposto acima mostra a profundidade das discussões, que visam proporcionar aos leitores boas leituras e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação
Sonellaine de Carvalho
Alessandra Cabral da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUALIDADE DO MÉTODO DA DÚVIDA CARTESIANA NO AMBIENTE DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS	
Leandro Arcanjo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3022118051	
CAPÍTULO 2	8
A HORIZONTALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DE HANNAH ARENDT: A DESCARTABILIDADE IMPLÍCITA NA POPULAÇÃO MIGRATÓRIA	
Natália Madsen dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3022118052	
CAPÍTULO 3	19
A CONCEPÇÃO DE MENTE COMO HERANÇA CARTESIANA NO DUALISMO DE SUBSTÂNCIAS E PROPRIEDADES	
Matusalen de Lima	
Evandro Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.3022118053	
CAPÍTULO 4	24
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PENSAMENTO DE MÁQUINAS: O <i>HARD PROBLEM</i> DA CONSCIÊNCIA NA PROPOSTA DE ALAN TURING	
Leonardo Augusto Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.3022118054	
CAPÍTULO 5	34
BACHELARD E A JORNADA DO HERÓI: MITANÁLISE E TAROLOGIA COMO APRENDIZAGEM DE SI	
Gabriel Kafure da Rocha	
William Gustavo Machado	
DOI 10.22533/at.ed.3022118055	
CAPÍTULO 6	52
HEGEMONIA EM GRAMSCI	
Antonio Ferreira Marques Neto	
DOI 10.22533/at.ed.3022118056	
CAPÍTULO 7	64
O INDIVÍDUO E A ÂNSIA DE SER SI MESMO KIEKEGAARD E OS ESTÁGIOS ESTÉTICO, ÉTICO E RELIGIOSO	
Uilson Melo Barbosa Monteiro	
Danilo Leal de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022118057	

CAPÍTULO 8	73
O PROBLEMA MORAL DO IMPULSO À VERDADE E A ESTÉTICA DA VONTADE DE PODER COMO SAÍDA POSSÍVEL	
Raul Reis Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.3022118058	
CAPÍTULO 9	81
RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA CONTEMPORÂNEA DA BUSCA PELA FELICIDADE	
Leilson João Reis da Silva	
Jacir Alfonso Zanatta	
DOI 10.22533/at.ed.3022118059	
CAPÍTULO 10	95
TOMÁS DE AQUINO E A LEI NATURAL: UMA FUNDAMENTAÇÃO METAFÍSICA	
Luis Carlos Silva de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.30221180510	
CAPÍTULO 11	102
UN MÉTODO DE INTERVENCIÓN PEDAGÓGICO: ENSEÑAR Y APRENDER CON LA ÉTICA Y LA ESTÉTICA	
Mafaldo Maza Dueñas	
Vanessa García González	
DOI 10.22533/at.ed.30221180511	
SOBRE OS ORGANIZADORES	115
ÍNDICE REMISSIVO	117

CAPÍTULO 2

A HORIZONTALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DE HANNAH ARENDT: DESCARTABILIDADE IMPLÍCITA NA POPULAÇÃO MIGRATÓRIA

Data de aceite: 21/05/2021

Data da submissão: 04/04/2021

Natália Madsen dos Santos

Grupo de Estudos Direito, Globalização e
Cidadania (DGC)
Valinhos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/4002777190550900>

RESUMO: O presente trabalho trata do Pluralismo como base de direitos na sociedade internacional. Através da análise do impacto dos direitos sociais na liberdade individual, visa compreender o alcance da igualdade na reconstrução da singularidade do ser. Com especial referência às obras *As origens do Totalitarismo* e *A condição Humana*, de Hannah Arendt, objetiva conceber se a igualdade preserva a essência humana ou se colabora na construção de massas e no isolamento dos seres frente à realidade dos fatos. Com base neste referencial teórico, intenta analisar a preservação da capacidade humana, no contexto das situações-limites políticas e econômicas atuais. Pretende, ainda, resgatar os extremos totalitários já sofridos pela humanidade, e compará-los com a anomalia estrutural das crises migratórias atuais. Frente à fragilidade do Direito à Nacionalidade, busca-se demonstrar o exponencial processo de descartabilidade e o enquadramento dos imigrantes como ‘Novos Inimigos Objetivos’ expressos, mas principalmente, implícitos na sociedade. Através da compreensão do etnocentrismo prejudicial

aos Direitos Humanos, propõe o dizimar da objetificação dos indivíduos, por meio do resgate da dignidade da pessoa humana e do Direito Humano de Migrar. Em análise a tais premissas, visa perquirir o desenvolvimento do ser humano como fonte primária e prioritária de proteção, em progressivo diálogo com a sociedade internacional (Estados e Novos Agentes Ativos na mudança social), ante a uma atuação solidária e fraternal, que se sobressai ao individualismo negativo e ao solidarismo coercitivo, objetivando o eudemonismo o cosmopolitismo. Espera-se, por fim, trabalhar com a utopia como passo para o progresso e o amadurecimento coletivo, caminhos imprescindíveis à evolução do diálogo e à liberdade da natureza do ser. Para chegar ao resultado esperado, a metodologia utilizada é de referencial teórico, de pesquisa aplicada, com abordagem a partir da função social da dogmática jurídico-filosófica.

PALAVRAS - CHAVE: Migrações; Direitos Humanos; Pluralidade; Igualdade; Globalização.

THE HORIZONTALITY OF HUMAN RIGHTS FROM THE PERSPECTIVE OF HANNAH ARENDT: THE IMPLICIT DISPOSABILITY IN THE MIGRATORY POPULATION

ABSTRACT: The present study deals with Pluralism as the basis of Rights in the international society. Through the analysis of the impact of social rights on the individual freedom, it seeks to understand the scope of equality in the reconstruction of the uniqueness of the being. With special reference to the works *The origins of Totalitarianism* and *The Human Condition*,

by Hannah Arendt, it aims at conceiving if equality preserves the human essence or if it contributes to the construction of masses and in the isolation of beings in the face of the reality of the facts. Based on this theoretical referential, it attempts to analyze the preservation of human capacity, in the current context of political and economic limit-situations. It also intends to rescue the totalitarian extremes suffered by humanity and compare them with the structural anomaly of the current migratory crises. In the light of the fragile Right to Nationality, it seeks to demonstrate the exponential process of disposability and the framing of immigrants as expressed 'New Objective Enemies', but mainly, implicit in the society. Through the understanding of ethnocentrism as harmful to Human Rights, it proposes to decimate the objectification of individuals, by rescuing the dignity of the human person and the Human Right to Migrate. In analyzing these premises, it investigates the development of the human being as a primary and foremost source of protection, in a progressive dialogue with the international society (States and New Active Agents to social change), in the face of a solidary and fraternal performance, which stands out from negative individualism and coercive solidarism, leading to eudemonism and cosmopolitanism. Finally, it hopes to work with utopia as a step towards collective progress and maturation, which are essential paths for the evolution of dialogue and the freedom of the nature of being. To achieve the expected result, the methodology used is based on theoretical referential, with an approach based on the social function of the legal-philosophical dogmatic.

KEYWORDS: Migration; Human Rights; Plurality; Equality; Globalization.

1 | PLURALISMO COMO BASE DE DIREITOS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

A pluralidade é o cerne da sociedade. Nunca houve e nunca haverá uma sociedade singular. Seres humanos são singulares, detentores de potencialidades únicas, mas a sociedade ruma a tornar-se cada vez mais plural. A diversidade está presente nas profissões, nas religiões, nas escolhas e, indubitavelmente, nas nações. Cada cultura traz consigo uma infinidade de pensamentos e sentimentos, externalizados no bojo da sociedade que constroem ao seu redor. Tem-se, assim, a pluralidade subsumida na vida política, que constrói o agir e a substância primária do espaço público, manifestação precípua do que abriga o âmago da infinidade de concepções humanas.

Sendo a política uma necessidade imperiosa da vida humana, Arendt demonstra que ela "trata da convivência entre os diferentes" (ARENDR, 2018, p. 7), entre aquilo que existe e não abriga o meu interior.

E é diante dessa vasta manifestação de faculdades, dessa diversidade humana e cultural, que os seres humanos se fecham. Se fecham para o novo, para o díspar, para aquilo que se distingue do que arroupa o seu costume. Em busca da preservação de sua individualidade, as pessoas excluem o que não se assemelha a elas e exteriorizam, diante do desconhecido, o seu já formado 'pré-conceito' e a sua rejeição ao novo.

2 I ETNOCENTRISMO PREJUDICIAL AOS DIREITOS HUMANOS

Nesta senda, pode-se analisar a influência que a diversidade atua frente à vida íntima e as maneiras que esse individualismo possessivo tem de se rebelar quando se sente ameaçado.

A principal maneira que os indivíduos se insurgem diante da diversidade é através do etnocentrismo, que é a “concepção de que o nosso próprio grupo é o centro de tudo e de todos, em que os outros são reconhecidos através de nossos modelos, concepções, valores e daquilo que, para nós é a existência” (ROCHA, 1988, p. 5). Esse sentimento de superioridade se expressa, geralmente, sob forma de intolerância e de maneira a anular a essência do diverso.

Partindo-se da premissa de que todo ser humano é detentor de dignidade, que em seu alcance horizontal fundamenta-se na “igualdade dos seres humanos entre si, independentemente da função que cada um desempenha na sociedade” (PELE, 2004.), quando me sinto superior a outros indivíduos, desqualifico a força da igualdade e reconheço que mereço mais direitos, mais oportunidades, mais acolhimento do que outra camada social. E é nesse campo, que o etnocentrismo prejudica os Direitos Humanos e revela sua faceta mais assustadora. É quando o desprezo pela heterogeneidade e pelo outro acarreta consequências avassaladoras e prejuízos irreparáveis. É quando as crises humanitárias nos clamam a transformarmos a nós mesmo, no intuito de transformarmos a realidade ao nosso redor.

“Em épocas de crescente miséria e desamparo individual, é tão difícil resistir à piedade, quando ela se transforma em paixão, como deixar de condenar a sua própria universalidade, que parece matar a dignidade humana mais definitivamente que a própria miséria”. (ARENDDT, 2012, p. 460)

Hannah Arendt expressou seu pensamento e seus estudos sob a condição humana em um período de crise humanitária, em um momento em que seu olhar cuidadoso nos convidou a enxergar a qualidade intrínseca do ser humano e a necessidade de libertar o que cada indivíduo carrega dentro de si.

3 I VALOR FONTE: A BASE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

As consequências assoladoras e inesquecíveis da Segunda Guerra Mundial, expressas nos pensamentos de Arendt, dialogam claramente com as crises migratórias atuais, em que parcela de seres humanos é vista como imprópria ao contexto mundano, inconveniente ao desenvolvimento econômico e social e insciente para expressar sua singularidade. Um momento em que, novamente, o homem não tem um fim em si mesmo, e sim, apenas, no que pode construir a sua volta.

Sendo um dos povos mais ameaçados que já existiu, os Judeus eram o maior grupo de não-nacionais da Europa. Fazendo-se um paralelo ao conceito de cidadania e à

qualidade de ser nacional, temos, na atualidade, pessoas que não mais pertencem ao seu Estado de origem, que emigram pelos mais diversos estímulos, de crises socioeconômicas às mudanças climáticas, e que não são acolhidas pelo país de destino, não tendo, assim, lugar no mundo.

Sendo o “direito a ter direitos” (LAFER, 1988, p. 22), conforme expressa Arendt, a cidadania se constitui em um *minimum* assegurado àquele que pertence a um Estado nação.

Lafer (LAFER, 1988, p. 58) demonstra:

A convergência entre os direitos humanos e os direitos dos povos baseava-se no pressuposto implícito de que o padrão de normalidade era a distribuição, em escala mundial, dos seres humanos entre os Estados de que eram nacionais – um padrão colocado em questão pelas realidades históricas do primeiro pós-guerra. Foi o surgimento em larga escala dos refugiados e apátridas – os expulsos da trindade Povo-Estado-Território – que assinalou, com a emergência do totalitarismo, o ponto de ruptura cujo cerne foi a dissociação entre os direitos humanos e os direitos dos povos. De fato, à medida em que os refugiados e apátridas se viram destituídos, com a perda da cidadania, dos benefícios do princípio da legalidade, não puderam se valer dos direitos humanos, e não encontrando lugar – qualquer lugar – num mundo como o do século XX, inteiramente organizado e ocupado politicamente, tornaram-se efetivamente desnecessários, porque indesejáveis erga omnes, e acabaram encontrando o seu destino e lugar natural nos campos de concentração.

A partir do século XX, momento em que a soberania estatal revelou-se com força e respeito a nível global, não ter a qualidade de nacional, passou a ser sinônimo de não ter meios para ser parte da constitucionalidade de um Estado, de ser impelido à vulnerabilidade na reafirmação de sua própria dignidade.

Se, como não-nacionais, esses seres humanos não têm direitos assegurados a nível doméstico e se não há uma normativa global que lhes assegure proteção enquanto *displaced people*¹, não há espaço, disponibilidade política, nem mesmo solidarismo que os façam serem vistos, concluindo-se, por irrefutável análise que, em um contexto social, político e econômico, esses indivíduos não existem, não sendo úteis a qualquer desenvolvimento econômico de um Estado nação.

Nesta análise, se não é possível fruir de valores básicos e proteção mínima, sem ter a quem apelar por essas necessidades, questiona-se:

Onde fica a dignidade humana de seres humanos que não existem?

Para onde foi o valor-fonte desses seres humanos? Quem deve assegurar esse valor-fonte? Quem são os responsáveis por preservar o existencialismo em um mundo com uma exponencial interação transnacional?

Ao não promover a dignidade de pessoas que adentram um país sem fazerem parte daquela nação, de indivíduos alheios ao desenvolvimento histórico daquele Estado e que soam como uma ameaça ao desenvolvimento econômico daquele território, declara-se que

1 <<https://www.unhcr.org/internally-displaced-people.html>>. Acesso em 26 Jan 2020.

é melhor não tê-los em lugar algum no mundo, do que tê-los no lugar que pertence a *mim*.

A influência social desamparada de comprometimento, rompe com as liberdades individuais, dilatando o déficit de oportunidades sociais e a negligência na elaboração de políticas públicas, retardando o progresso daquele próprio Estado-nação.

Conforme demonstra Amartya (SEN, 2010, p. 21), “a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social”, de modo que fazer parte de um Estado e nele ter espaço para expressar sua singularidade, não apenas, e principalmente, promove a dignidade e confere direitos civis e políticos aos indivíduos, como também compõem o amadurecimento e a evolução socioeconômica daquele território, além de construir valores morais cruciais ao atendimento das mais diversas necessidades humanas com o fito de promoção da liberdade de existência.

E, diante dessa anomalia estrutural esculpida nas crises migratórias atuais, temos em nossa sociedade pessoas completamente descartáveis, indivíduos que apenas se adequam às categorias de vulnerabilidade social, em que não há valia se não se alimentam, se não têm abrigo ou se suas crianças morrem à beira da praia, porque eles nem pertencem ao mundo.

4 | OS NOVOS INIMIGOS OBJETIVOS

Em face dos incessantes processos de migração, foram-se instalando campos de refúgio, os quais gerem a mobilidade das pessoas. São zonas de controle, que regem e limitam a entrada dos indivíduos, através de regras jurídicas e administrativas predeterminados, em que ONGs, agências internacionais, fundações e Estados dirigem. Pode-se *rever*, portanto, o espelho de exclusão expresso nos campos, externalizando aquilo que a humanidade reconstruiu, degradando seres humanos, controlando a espontaneidade e transformando a personalidade humana, refletindo as mesmas origens e com as mesmas consequências práticas na realidade atual: o preconceito e o isolamento humanos.

E é diante dessa análise, que Hannah Arendt nos permite enxergar os “Novos Inimigos Objetivos” (ARENDDT, 2012, p. 560) estampados na sociedade atual. Durante a conjuntura nazista, em que os Judeus eram tidos como não adequados ao mundo e como danosos ao desenvolvimento social, ela nos mostra que o não enfrentamento dessa situação naquele momento nos trouxe a vivenciar, novamente, a mesma temática. Hoje, a rejeição não se mostra com a mesma explicitude comparada aos terrores já vividos no contexto da Segunda Grande Guerra. É inegável que, com a evolução midiática, não se admitiria tamanha monstruosidade expressa nas telas das televisões, dos celulares, mostrando-se como uma afronta ao conforto mental daqueles que não vivem essa realidade. Ademais, nos é claro que “a psique humana pode ser destruída mesmo sem a destruição física do homem” (ARENDDT, 2012, p. 490), dado que o extermínio de seres humanos é vivenciado cotidianamente de formas menos materiais e patentes.

Portanto, a resposta às pessoas não vistas, não queridas, não aceitas continua sendo o descarte.

Não evoluímos em nada.

5 | O OLHAR DE HANNAH ARENDT ÀS MASSAS – O TOTALITARISMO QUE CEGA

Compreendendo que o próprio ser humano é o problema e a solução, estudar as respostas às crises da própria humanidade é necessário ao desenvolvimento dos possíveis meios de restaurar a expressão da singularidade individual, na busca pelo desenvolvimento conjunto.

Hannah Arendt nos mostra que a relação entre as liberdades democráticas e a igualdade perante a lei só funciona, decisivamente, quando os cidadãos representam algo para o Estado. Do contrário, “o próprio regime totalitário é capaz de suprimir essa (*ilusória*) democracia” (ARENDR, 2012, P. 440).

E nesse cenário, é essencial analisar o totalitarismo que desencadeia a exclusão e a ilusão democrática em que vivemos. Nesse estudo, os movimentos totalitários demonstram que o “governo democrático repousa na silenciosa tolerância e indiferença diante das massas, massas essas que estão fora de qualquer ramificação social e representação política normal” (ARENDR, 2012, P. 440).

Arendt (ARENDR, 2012, P. 440) explicita que:

Os movimentos totalitários utilizam das liberdades democráticas, justamente, com o fim de suprimi-las. Porque as liberdades democráticas podem basear-se na igualdade de todos os cidadãos perante a lei, por exemplo, mas só têm significado e funcionam organicamente quando os cidadãos pertencem a hierarquia social e política.

Se há indivíduos que não fazem parte de qualquer ramificação social, a igualdade não revela sua faceta mais atraente e sim expressa seu antagonismo mais cruel.

Nos ensina (ARENDR, 2012, p. 93), ainda, que:

A igualdade de condições, embora constitua requisito básico da justiça, é uma das mais incertas especulações da humanidade moderna. Quanto mais tendem as condições para a igualdade, mais difícil se torna explicar as diferenças que realmente existem entre as pessoas; assim, fugindo da aceitação racional dessa tendência, os indivíduos que se julgam de fato iguais entre si formam grupos que se tornam mais fechados com relação a outros.

Essa tendência de isolamento cria as massas, caracterizadas como aquela camada social que não se adequa a qualquer outro nicho já pré-concebido. Elas se particularizam pela “vasta inadequação com o mundo e pela perda radical do interesse do indivíduo em si mesmo” (ARENDR, 2012, p. 445), sendo expressão da necessidade de se transformarem e de se (ir) reconhecerem para se adequarem à realidade à sua volta.

“As massas não advêm da crescente igualdade de condições e da expansão educacional” (ARENDDT, 2012, p. 445), elas compõem a alienação dos indivíduos perante o fato social e o seu isolamento com o intuito de preservação de sua própria individualidade. Elas externalizam a incapacidade de pensar e a desqualificação na argumentação e na busca por direitos. Por não compreenderem suas necessidades singulares, reivindicam necessidades genéricas, com o escopo de transformarem sua própria realidade.

Elas buscam, inconscientemente, enquadrarem-se a uma esfera social e sujeitam-se a se perderem de si mesmas, alienando-se na persuasão geral, na busca por um lugar no mundo, na busca por serem vistas e compreendidas, ainda que elas mesmas não as compreendam. É na tentativa de afirmar o próprio valor-fonte, que elas destroem a essência e a liberdade de suas potências.

E é a falta de autoconhecimento que desencadeia o preconceito e a exclusão, “porque os homens não conhecem a si mesmo e identificam-se como apenas homens, objetivos e objetificados, não respeitam a própria essência e, não reconhecendo a si mesmo, não reconhecem o outro”. (ARENDDT, 2019, p. 13)

Ao não reconhecerem a singularidade em si, desertam a pluralidade à sua volta. Hannah Arendt (ARENDDT, 2012, p. 439) aponta que:

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum.

Em um primeiro plano, tem-se as massas pensamento-preconceito, formadas a partir da incapacidade de persuasão e análise subjetiva da realidade a sua volta, com predisposição à reflexão petrificada, tornando a tarefa de compreender inócua, amoldando-se, apenas, em um mundo em que só é necessário produzir e conquistar.

Ao perder a capacidade de análise e compreensão, do auto esclarecimento progressivo, tornam-se incapazes de se auto observarem, de se auto conhecerem, praticando um ato de violência contra si mesmos e contra a sociedade a sua volta. Ao deixarem à margem a compreensão de sua própria espontaneidade, ao não aceitarem o que habita seu próprio ser, irrompem-se na compreensão do outro, sem enxergarem que há uma realidade além daquela em que são partes.

Por outro lado, tornar-se massa com o fito de autopreservação, de reafirmação de sua condição humana, visando a conquista de espaço público e de acolhimento, é uma maneira de igualar indivíduos completamente distintos e nivelar as necessidades humanas à, apenas, uma categoria social, salientando a exclusão e a degradação da essência de cada ser.

Desse modo, se para que sejam vistos e compreendidos, é necessário que se enquadrem em categorias pré-concebidas, dizimando a potência reflexiva e o olhar interior, fomenta-se um Estado totalitário que mantém os indivíduos dependentes de

sua (*mínima*) atuação, nutrindo a alienação diante de suas incoerências e expurgando a tarefa de compreender. Isso faz com que a objetificação tenha mais importância do que a “singularidade que o nascimento inaugura” (ARENDR, 2019, p. XVII).

Hannah nos mostra que tornar os homens iguais é torná-los supérfluos. É restringir-lhes a liberdade de sua espontaneidade, desertando a sua singularidade e seu potencial maior de externalizar suas capacidades e viver sua verdadeira condição humana.

E a partir do momento em que é necessário igualar indivíduos, para que se tornem uma categoria, um rótulo, a fim de que princípios reguladores atuem a seu favor, já que como ser humano não há um olhar social e estatal, mina-se a espontaneidade do ser. Acaba-se com qualquer potencialidade de reconhecimento de dignidade humana, porque na busca por alcançá-la, ela é a primeira a ser ferida. Cessa-se o espaço à expressão da própria essência. Liberdade passa a ser sinônimo que inadequação.

E o fato é que a singularidade é, justamente, a potência do ser diverso, que faz do indivíduo essencial, na pluralidade de seres que existem. Arendt (ARENDR, 2012, p. 488) indica que:

Em circunstâncias normais, isso nunca pode ser conseguido, porque a espontaneidade jamais pode ser inteiramente eliminada, uma vez que se relaciona não apenas com a liberdade humana, mas com a própria vida, no sentido da simples manutenção da existência.

E completa que, “somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário, diante do movimento totalitário.” (ARENDR, 2012, p. 438)

E diante da análise acerca da transformação da essência humana, questiona-se acerca do contexto histórico em que ela está inserida. Estamos nos referindo à Alemanha Nazista, de 1945, ou às crises migratórias e humanitárias do ano 2020? Emergem-se mais de 70 anos e a cegueira é a mesma.

6 I A INVISIBILIDADE NAS SITUAÇÕES-LIMITES ECONÔMICAS ATUAIS

Nesta senda, o governo totalitário despreza os Direitos Humanos, porque preocupa-se, apenas, em manter-se diante das mentiras que argumenta frente à sociedade, visto que a “autoridade moral dos direitos humanos depende da natureza de éticas aceitáveis” (SEN, 2010, p. 294), “devendo-se julgar a plausibilidade dos direitos humanos como um sistema de raciocínio ético e como base de reivindicações políticas”, (SEN, 2010, p. 294), não com o fito de suprimi-las visando a dominação dos indivíduos e a aniquilação das potencialidades humanas, visando dizimar o vindicar por direitos básicos necessários à manutenção da própria existência humana.

Como indivíduos pensantes, os seres humanos têm discernimento para atestar quando há violação de direitos ou quando sua ausência acarreta consequências irreparáveis

e incontestáveis. “Temos uma mínima ideia de justiça, ainda que pautada na identificação de injustiças patentes, sobre a qual é possível uma concordância arrazoada” (SEN, 2010, p. 365), não sendo necessária uma fórmula, padrões mecânicos diante de situações concretas. Basta, apenas, sentir e olhar ao redor. Basta alargarmos a concepção de mundo e compreendermos as necessidades alheias ao contexto social em que estamos inseridos. É necessário atentar-se às necessidades coletivas, e minimizar o individualismo subjetivo, para conquistar a liberdade de ser, de agir e de reivindicar a justiça amparada em valores já consagrados para parcelas privilegiadas da sociedade.

A justiça e os valores devem acolher as situações e necessidades mais alarmantes do fato social, para, só após, cumprir com o seu dever de promoção de igualdade e se pautar no acolhimento de superfluidades e no interesse público secundário.

“É necessário trabalhar com os Direitos Humanos como pertencentes ao domínio da ética social” (SEN, 2010, p. 293). É necessário recopilar e auferir valor-fonte ao ser humano, diante da explosão da objetivação dos indivíduos e do abandono do existencialismo.

7 | DIALOGAR PARA CRESCER: O FIM DA DESCARTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO CONJUNTO

Os homens nascem diferentes em sua essência mais pura. No cerne de suas consciências há diversidade de pensamentos, ações, capacidades, desejos e necessidades básicas.

Quando o homem passa a conhecer a si próprio e trabalhar as suas capacidades, não há mais espaço para enquadrá-lo como objeto. O desejo de fugir da condição humana desaparece e o homem se sente aceito em sua própria casa, que é o mundo, porque foi aceito por ele próprio.

A chave para o fim da descartabilidade é, justamente, o desenvolvimento das capacidades do ser humano. É o desenvolvimento da própria essência, como ser individual, em meio à pluralidade, porque quando a essencialidade caracteriza o ser, como valor-fonte, o descarte não mais se adequa à sociedade, pois todos têm lugar e função no mundo. Ter liberdade para externalizar as próprias capacidades, tornando-as necessárias ao desenvolvimento do todo, assola-se o porquê rejeitar indivíduos, já que estes não mais soarão como uma ameaça e sim como peças indispensáveis ao desenvolvimento do *meu* social e, em consequência, do *meu* individual. A obra e a ação desertam a descartabilidade.

É necessária, portanto, uma revolução moral. É necessário ressignificar a própria sociedade, para que esta se desenvolva em conjunto com o progresso humano.

É necessário dialogar para compreender as múltiplas necessidades dos mais diversos contextos sociais, a fim de obstaculizar instrumentos de violência e armas políticas de dominação. Dialogar expande a capacidade do pensar e é através da intersecção dos indivíduos, que se cultua o respeito e se elimina a distância entre eles.

É através do poder da persuasão e do debate, que é possível tornar-se agente ativo na construção da própria realidade e transformar as necessidades prioritárias em impulso ao desenvolvimento social.

O diálogo se mostra cada vez mais essencial ao desenvolvimento coletivo, visto que “habitam em um mundo no qual as palavras perderam seu poder. E tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que pode ser discutido” (ARENDR, 2019, p. 12)

Horizontalizar a responsabilização pelo resgate do valor fonte, e através do diálogo, trabalhar os meios de construção e desenvolvimento conjunto entre as capacidades humanas, em consonância com o crescimento social e econômico, nos afasta do isolamento, da dissociação de nós mesmos, que é o começo do terror e seu solo mais fértil, é o que gera impotência e incompreensão, expressas em intolerância e preconceito.

“Trata-se de pensar o que estamos fazendo” (ARENDR, 2019, p. 6) e trabalhar a nossa capacidade de reflexão e de ação para construção de uma sociedade cosmopolita, que aceita o plural, o diverso, e compreende a necessidade do trabalho em conjunto para o desenvolvimento do coletivo, que busca sempre os meios para alcançar o direito de ser aceito e ser parte em um mundo regido pela crescente alienação fraternal.

8 | CONCLUSÃO

A diversidade está presente na sociedade, nas relações, na natureza. Um peixe não tenta ser uma árvore, para se adequar a um contexto diferente do seu. O mesmo se dá com os indivíduos. A raridade de cada ser humano é a chave para o desenvolvimento da sociedade e para a liberdade da capacidade de cada um.

Hannah Arendt (ARENDR, 2012, p. 605) nos lembra que “O caráter pode ser uma ameaça, e até mesmo as normas legais mais injustas podem ser um obstáculo, mas a individualidade, ou qualquer coisa que distinga um homem do outro, é intolerável”.

Sendo necessária uma revolução moral, é preciso trabalhar nossa capacidade de compreender e aceitar o díspar, pois quando cada indivíduo é necessário ao desenvolvimento do todo, quando cada um traz potências únicas e capacidades inatas, a objetificação não tem espaço na sociedade, posto que se vê o próximo como peça essencial do processo coletivo que, sem este, há debilidade na realização do todo comum.

E é a utopia de uma sociedade fraterna e tolerante, que nos leva a continuar rumando ao progresso.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Então, para que serve a utopia? Para isso, para caminhar.²

² Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano.

A utopia nos faz ir além. Nos estimula a sonhar, em um mundo deserto de imaginação. Ela é o esperar de uma nova sociedade, que nos faz sair de onde estamos e, através da ação, conquistar novas possibilidades. Por meio da liberdade de agir, pode desenvolver-se e auxiliar no amadurecimento coletivo. Ainda que não se tenha, de início, a dimensão de onde esses novos passos nos levarão, deve-se continuar o caminhar, na confiança de que eles nos conduzam a um mundo mais fraterno, plural e solidário.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: 13. ed. rev. – (Reimpr.) - Forense Universitária, 2019.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Edição de Bolso. Companhia das Letras, 2012.

_____. **O que é Política?**. Rio de Janeiro: 12ª edição. Bertrand Brasil, 2018.

CARVALHO RAMOS, A. **Direito dos Estrangeiros no Brasil: imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GALEANO, E. H. **Las palabras andantes**. Barcelona: Editorial Siglo XXI editores, 1993.

GUIMARÃES ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: 5ª edição, editora brasiliense, 1988.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PELE, A. **Una aproximación al concepto de dignidad humana**. Universitas, n. 1, dez/jan. 2004. Disponível em: <http://universitas.idhbc.es/n01/01_03pele.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2020.)

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: I. ed. Intrínseca, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<<https://www.unhcr.org/internally-displaced-people.html>>. Acesso em 26 Jan 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alma 6, 19, 20, 21, 22, 65, 71, 72, 85, 86, 87, 91

C

Ciência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 28, 33, 46, 50, 54, 69, 72, 97

Conhecimento 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 32, 35, 37, 41, 44, 69, 70, 73, 75, 76, 90, 93, 97, 99

Consciência 6, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 33, 39, 45, 61, 65, 66, 67, 69, 72, 76, 77, 80, 84, 92

D

Descartes 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 19, 20, 21, 23

Direitos Humanos 6, 8, 10, 11, 15, 16, 18, 61, 98

Dúvida 6, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 40

E

Estética 7, 64, 66, 70, 73, 78, 79, 102, 103, 106

Estético 6, 64, 66, 67, 68, 71, 78, 79

Ética 7, 16, 34, 64, 66, 69, 70, 82, 86, 93, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 110

Ético 6, 15, 55, 64, 66, 68, 69, 71

Existencialismo 11, 16, 64, 72

F

Felicidade 5, 7, 68, 69, 70, 71, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Filosofia 2, 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 33, 34, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 73, 79, 81, 82, 83, 84, 93, 94, 101, 115

Filosofia do consumo 81

G

Gramsci 5, 6, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

H

Hermetismo 34

I

Igualdade 5, 8, 10, 13, 14, 16, 55

J

Jogo da imitação 24, 25, 32, 33

L

Lei natural 5, 7, 95, 96, 97, 98, 99, 100

M

Máquina 6, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 84

Máquina digital 24

Mente 5, 6, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 33, 43, 75, 76, 90, 91, 103, 105, 108, 109, 112

Metafísica 5, 7, 65, 95, 97, 99, 100

Migrações 8

Moral 5, 7, 6, 15, 16, 17, 38, 52, 53, 55, 59, 60, 62, 63, 68, 69, 70, 73, 75, 78, 79, 80, 88, 95, 96, 97, 100, 101

P

Pluralidade 8, 9, 14, 15, 16

Política 5, 9, 11, 13, 18, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 100, 108

R

Razão Prática 95, 96, 97, 98, 99, 100

Relações de consumo 5, 7, 81, 82, 83, 85, 92

Religioso 6, 5, 64, 66, 68, 70, 71, 86

T

Tarot 5, 34, 35, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51

V

Verdade 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 38, 46, 47, 49, 65, 66, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 97, 99

Vida 2, 6, 9, 10, 12, 15, 35, 37, 39, 40, 42, 48, 49, 59, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 102, 103, 109, 110, 111, 112, 113



*Aportes
Éticos e
Estéticos em
Filosofia*

2

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)




www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora

Ano 2021



*Aportes
Éticos e
Estéticos em
Filosofia
2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021